



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
Departamento do Sistema Nacional do Meio Ambiente

OFÍCIO Nº 7727/2024/MMA

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao senhor  
GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA  
Secretário Executivo  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
cnrh@mdr.gov.br  
Brasília DF

**Assunto:** Recomendação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02000.005483/2024-40

Senhor Secretário Executivo,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo que a 143ª Reunião Plenária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), realizada em 28 de agosto de 2024, aprovou a Recomendação Conama nº 18, voltada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), anexa a este ofício.
2. A elaboração desta recomendação se deu em meio à discussão de medidas necessárias à proteção do Bioma Pantanal, considerando a atual situação de crise hídrica e incêndios. Entre estas medidas, o Conselho identificou a importância de considerar os resultados dos estudos de “Avaliação dos Efeitos da Implantação de Empreendimentos Hidrelétricos na Região Hidrográfica do Rio Paraguai” nas decisões relacionadas ao planejamento e definição de políticas para a região.
3. Estamos certos de que a atuação sinérgica entre o Conama e o CNRH é fundamental para a proteção do meio ambiente e dos biomas brasileiros. Buscando esta aproximação, propomos a realização de uma reunião com membros do Conama e do CNRH, para discutir o conteúdo desta recomendação, em data e local a serem definidos conjuntamente. Nos colocamos à disposição pelo e-mail [conama@mma.gov.br](mailto:conama@mma.gov.br) ou pelo telefone (61) 2028-1685.

Anexos: Ato 460 (1773965) - Recomendação Conama/MMA nº 18

Atenciosamente,

assinatura eletrônica  
**João Paulo Ribeiro Capobianco**  
Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Ribeiro Capobianco**, Secretário-Executivo, em 27/09/2024, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1778122** e o código CRC **A54DA9EA**.

---

Processo nº 02000.005483/2024-40

SEI nº 1778122

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília/DF, CEP 70068-901 - <http://www.mma.gov.br/>, [sepro@mma.gov.br](mailto:sepro@mma.gov.br), Telefone: (61)2028-1206



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA  
GABINETE DA MINISTRA

RECOMENDAÇÃO CONAMA/MMA Nº 18, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

*Recomenda ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a adoção dos estudos de "Avaliação dos Efeitos da Implantação de Empreendimentos Hidrelétricos na Região Hidrográfica do Rio Paraguai" como subsídios à implementação e atualização do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai.*

O **CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; e

Considerando a importância do Pantanal Mato-grossense, situado na porção brasileira da bacia hidrográfica do Rio Paraguai, declarado Patrimônio Nacional pela Constituição Brasileira de 1988, área de relevante importância internacional pela Convenção de Áreas Úmidas RAMSAR no ano de 1993 e Reserva da Biosfera pelo Programa das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura - UNESCO, no ano de 2000;

Considerando a necessidade de garantir a observância dos princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecidos na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que estabelece entre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País e a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e prevê, em seu art. 7º, X, que os Planos de Recursos Hídricos conterão propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos;

Considerando a Recomendação CNZU nº 06, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o planejamento dos usos dos recursos naturais na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, com especial atenção à expansão de projetos de geração de energia hidrelétrica em prejuízo à conservação do pulso de inundação do Pantanal Mato-Grossense;

Considerando a Recomendação CNZU nº 10, de 22 de janeiro de 2018, "que dispõe sobre a conservação das sub-bacias livres de barragens ainda restantes na Bacia do Alto Paraguai e do Rio Paraguai em seu Tramo Norte";

Considerando a importância da participação ativa e efetiva da sociedade civil e das comunidades locais nos processos de discussão e definição de políticas de conservação e uso sustentável dos recursos hídricos;

Considerando a aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai pela Resolução CNRH nº 196, de 8 de março de 2018, que propôs diretrizes quanto à implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos na região;

Considerando a relevância dos estudos supracitados, que constituem a primeira avaliação integrada de aproveitamentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai, concluídos em 2020, e cujos resultados foram sintetizados na Nota Técnica Conjunta nº 3/2020/SPR/SRE/ANA;

Considerando a Nota Técnica do INPE/CEMADEN "Elaboração dos Mapas de índice de Aridez e Precipitação Total Acumulada para o Brasil", que demonstra processo de desertificação em

estágio inicial em região do Mato Grosso do Sul;

Considerando a Resolução ANA nº 195, de 13 de maio de 2024, que declara situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraguai, recomenda:

Art. 1º Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH que:

I - Considere as áreas de conflito indicadas nos resultados dos Estudos de Avaliação dos Efeitos da Implantação de Empreendimentos Hidroelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai, contratados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, estabelecendo, com brevidade, em seus instrumentos normativos, as áreas de restrição de uso com vistas à proteção dos recursos hídricos, em consonância com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, inclusive na atualização do Plano de Recursos Hídricos - PRH da Região Hidrográfica do Paraguai.

II - Promova debates para garantir a participação democrática e transparente da sociedade na atualização do PRH, buscando soluções que conciliem o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e que previnam conflitos pelo uso da água na Região Hidrográfica do Rio Paraguai.

**MARINA SILVA**



Documento assinado eletronicamente por **Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, em 18/09/2024, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1773965** e o código CRC **E9EDDFE6**.

Referência: Processo nº 02000.005483/2024-40

SEI nº 1773965

Criado por 63573717187, versão 1 por 63573717187 em 18/09/2024 15:17:11.